

ÍNDICE

<i>Nota à 4ª edição</i>	XI
<i>Nota à 3ª edição</i>	XIII
<i>Nota à 2ª edição</i>	XV
<i>Prefácio à 1ª edição</i>	XVII
<i>Introdução à 1ª edição</i>	XXI

Parte I — MORALIDADE ADMINISTRATIVA 1

Capítulo I — INTRODUÇÃO 1

1. A cultura da improbidade 1
2. A tutela da probidade administrativa no direito brasileiro (generalidades) 11

Capítulo II — OS PRINCÍPIOS JURÍDICOS 14

3. Os princípios jurídicos 14
4. As funções dos princípios jurídicos 16
5. A natureza jurídica dos princípios jurídicos 17
6. A desnecessidade da consagração legislativa dos princípios jurídicos 19

Capítulo III — O PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA 24

7. O desvio de poder 24
8. O princípio da moralidade administrativa 30
9. Autonomia do princípio da moralidade administrativa 49
10. Conteúdo do princípio da moralidade administrativa 56
11. Vetores de formulação do princípio da moralidade administrativa 63
12. O princípio da boa-fé 65
13. O dever de boa administração 66

14. Moralidade, legalidade e juridicidade	71
15. Moralidade e razoabilidade	77
16. Moralidade, impessoalidade e finalidade	80
17. Moralidade e publicidade	84
18. Moralidade e imparcialidade	85
19. Moralidade e eficiência	87
20. A natureza difusa do direito à moralidade administrativa e a sua transindividualidade	91
Parte II — PROBIIDADE ADMINISTRATIVA	101
Capítulo IV — O PRINCÍPIO DA PROBIIDADE ADMINISTRATIVA	101
21. O princípio da probidade administrativa	101
22. Conteúdo do princípio da probidade administrativa	108
23. Vício de improbidade administrativa	115
Parte III — PREVENÇÃO DA PROBIIDADE ADMINISTRATIVA	121
Capítulo V — TUTELA PREVENTIVA DA PROBIIDADE ADMINISTRATIVA	121
24. Códigos de ética da Administração Pública	121
25. Incompatibilidades, impedimentos e proibições	128
26. Controle da legitimidade do enriquecimento dos agen- tes públicos	152
27. A contribuição do Tribunal de Contas	164
28. Outros meios de controle permanente nas atividades públicas	168
28a. Responsabilidade fiscal	171
Parte IV — A LEI FEDERAL N. 8.429/92	179
Capítulo VI — ANTECEDENTES DA TUTELA REPRESSIVA DA IMPROBIDADE	179
29. Introdução	179
30. O Decreto-Lei Federal n. 3.240/41	181
31. A Lei Federal n. 3.164/57	181
32. A Lei Federal n. 3.502/58	183
33. O Decreto-Lei Federal n. 359/69 e o Ato	

Complementar n. 42/69 (o período extrajudicial)	186
34. O processo legislativo da Lei Federal n. 8.429/92	191
35. Competência legislativa	200
Capítulo VII — CONTROLE INTERNO DA PROBIDADE	
ADMINISTRATIVA	202
36. A probidade administrativa no poder administrativo disciplinar	202
Capítulo VIII — ESPÉCIES DE IMPROBIDADE	
ADMINISTRATIVA	207
37. Espécies de improbidade administrativa	207
37a. Novas figuras de improbidade administrativa	208
38. Enriquecimento ilícito	224
39. Lesão ao erário (prejuízo ao patrimônio público)	248
40. Atentado aos princípios da Administração Pública	279
Capítulo IX — SUJEITOS DA PROBIDADE	
ADMINISTRATIVA	297
41. Sujeitos da probidade administrativa (agentes públicos)	297
42. Agentes públicos parlamentares e judiciais	307
43. A questão da imunidade parlamentar	309
43a. Improbidade administrativa e agentes políticos	310
44. Terceiros	320
45. Responsabilidade limitada dos sucessores	325
Capítulo X — SANÇÕES DA IMPROBIDADE	
ADMINISTRATIVA	326
46. Introdução	326
47. Natureza jurídica das sanções típicas	329
48. Eficácia das sanções desconstitutivas e restritivas de direitos	330
49. Sanções atípicas	331
50. Dosimetria	335
51. Cumulatividade das sanções	336
52. A posição dos terceiros	346
53. Perda de bens ou valores acrescidos	346
54. Ressarcimento integral do dano	349
55. Irrelevância do dano patrimonial	357
56. Perda da função pública	363

57. Suspensão dos direitos políticos	369
58. Pagamento de multa civil e proibição de contratar com o Poder Público	370
59. Desvinculação e independência em relação ao pronunciamento dos órgãos de controle	374
60. Prescrição	381
61. Imprescritibilidade da reparação do dano	384
62. Outras vias de repressão da improbidade administrativa	387
Capítulo XI — REPRESSÃO DA IMPROBIDADE: PROCESSO ..	398
63. Processo judicial	398
64. Legitimidade ativa do Ministério Público	406
65. Falta de legitimidade de associações	412
66. Falta de legitimidade do cidadão	412
67. Legitimidade ativa da pessoa jurídica interessada	413
68. Indisponibilidade do interesse	415
69. Litisconsórcio	416
70. Intervenção do Ministério Público	422
71. Competência jurisdicional	422
71a. Disposições processuais específicas	429
Capítulo XII — PROVIDÊNCIAS CAUTELARES	442
72. Providências cautelares	442
73. Afastamento cautelar	445
74. Indisponibilidade de bens	451
75. Seqüestro	467
76. Seqüestro atípico	470
Capítulo XIII — INVESTIGAÇÃO DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	472
77. Controle interno específico da probidade administrativa	472
78. Requisição de investigação pelo Ministério Público	477
79. Inquérito civil	480
80. Relatórios das Comissões Parlamentares de Inquérito	489
81. Informações cobertas pelo sigilo legal	489
Parte V — CONCLUSÕES	509
<i>Bibliografia</i>	<i>517</i>